

Relatório da Sexta Edição

**“Diálogos Governo - Sociedade Civil:
Brasil Sem Miséria”**

11 de dezembro de 2014





No dia 11 de dezembro de 2014 foi realizada a sexta edição dos “Diálogos Governo - Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria”, no Centro de Eventos e Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), em Brasília. Organizado para ser a última edição dos Diálogos, tendo em vista o término do período de execução do Plano Brasil sem Miséria ao final de 2014, o encontro mais uma vez propiciou o debate entre representantes do governo federal e dos movimentos sociais sobre os principais resultados alcançados pelo Plano, os desafios que ainda persistem e as perspectivas e demandas para os próximos anos.

O evento contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas¹, representando, como nas demais edições, uma pluralidade de organizações não governamentais, conselhos, comissões e confederações nacionais. Estavam presentes os mais diversos segmentos do campo e da cidade, incluindo: povos indígenas; quilombolas; povos de terreiro; extrativistas; ribeirinhos; ciganos; população em situação de rua; lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; trabalhadores; empresários; entidades religiosas; crianças; jovens; mulheres; negros; idosos; pessoas com deficiência. Participaram também autoridades e representantes do governo federal (administração direta e indireta) e do Poder Legislativo. Dentre as autoridades presentes estavam a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello; o ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho (SG); o ministro interino da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Giovanni Harvey; e o senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

Uma novidade que marcou a 6ª edição dos Diálogos foi a participação de beneficiários e gestores municipais de políticas públicas integrantes do Brasil sem Miséria como palestrantes convidados nos painéis temáticos “Garantia de Direitos” e “Construção de Oportunidades”. Isso propiciou o relato de experiências de pessoas que, como público-alvo das políticas do Brasil sem Miséria, participaram efetivamente das transformações que o Plano trouxe para suas vidas.

O tom que caracterizou essa rodada de debates entre governo e sociedade foi de conclusão de um ciclo. As falas dos ministros Tereza Campello e Gilberto Carvalho reforçaram o sentimento de entrega de resultados e de cumprimento de metas. Eles também reiteraram o firme compromisso com as prioridades do segundo mandato da presidenta Dilma: o aprofundamento da redução das desigualdades e da geração de oportunidades e o fortalecimento da participação social. A ministra Tereza garantiu que não serão aceitos retrocessos e que todas as novas ações e programas a serem desenvolvidos deverão partir do “piso” atingido pelo Brasil sem Miséria, sem recuos.

Na apresentação do balanço final do Plano, comemorou-se o fato de que todas as metas foram alcançadas e algumas até ultrapassadas antes mesmo do prazo estabelecido, como o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Programa Água Para Todos (Cisternas). Foi citada também a publicação do livro O Brasil sem Miséria, que reúne textos escritos pela equipe do MDS e por parceiros de outros órgãos do governo e da sociedade civil que contribuíram para que o Plano alcançasse êxito.

1 Credenciadas ou não



PROGRAMAÇÃO

08h30 às 09h00	Credenciamento e café de boas-vindas
09h00 às 10h00	ABERTURA Apresentação dos principais resultados do Plano Brasil sem Miséria Ministra Tereza Campello e Ministro Gilberto Carvalho
10h00 às 12h00	PAINEL 1 Garantia de Direitos – um novo olhar do Estado para o acesso dos mais pobres às políticas públicas Este painel busca discutir resultados concretos dos eixos de acesso à renda e a serviços públicos do Plano Brasil Sem Miséria a partir de relatos de executores de políticas e programas das áreas de educação, saúde e assistência social, em diferentes níveis de atuação.
	10h-11h Introdução e síntese do painel: Tiago Falcão (Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza/MDS) Relatos de executores de políticas públicas Bloco 1 <ul style="list-style-type: none">• Amilton Vitorino dos Santos (Diretor da Escola Municipal Manoel Ferreira no município de Estância-SE)• Henrique Paim (Ministro da Educação) Bloco 2 <ul style="list-style-type: none">• Lilia Maria Gouveia Bezerra (Coordenadora do CRAS Itinerante do município de Corumbá-MS)• Patricia Jaime (Coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde) 11h-12h – Debate com todos os participantes Moderador: Tiago Falcão
12h00 às 12h15	Lançamento da publicação “Diversidade no Cadastro Único – respeitar e incluir” Luis Henrique Paiva (Secretário Nacional de Renda de Cidadania/MDS)



<p>12h15 às 13h30</p>	<p>Almoço no local do evento</p>
<p>13h30 às 15h30</p>	<p>PAINEL 2</p> <p>Construção de Oportunidades – <i>ampliando a inserção dos mais pobres no mundo do trabalho</i></p> <p>O objetivo deste painel é debater resultados concretos do eixo de inclusão produtiva (rural e urbana) do Plano Brasil Sem Miséria, a partir de relatos de beneficiários e de executores de políticas e programas de geração de trabalho e renda, incluindo: qualificação profissional, empreendedorismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, entre outros.</p>
	<p>13h30-14h30</p> <p>Introdução e síntese do painel: Arnaldo de Campos (Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS)</p> <p>Relatos de beneficiárias e executores de políticas públicas</p> <p>Bloco 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Delci Lutz (Desenhista de Moda no município de Novo Hamburgo/RS) • Felipe Morgado (Gerente Executivo da Unidade Profissional e Tecnológica do Senai) <p>Bloco 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Irene Santos de Jesus (Agricultora Familiar no município de Serrinha/BA) • Naidison Baptista (Coordenador Geral da Rede Articulação do Semiárido Brasileiro/ASA) <p>14h30-15h30 – Debate com todos os participantes</p> <p>Moderador: Arnaldo de Campos</p>
<p>15h30 às 15h45</p>	<p>Café</p>
<p>15h45 às 18h00</p>	<p>MESA DE DIÁLOGO DO GOVERNO COM A SOCIEDADE CIVIL</p> <p>Desafios enfrentados e avanços conquistados pelo Plano Brasil Sem Miséria</p> <p>Ministra Tereza Campello</p> <p>Diogo de Sant’Ana (Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República)</p>



ABERTURA

A mesa de abertura teve a participação da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello; do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), Gilberto Carvalho; e do ministro interino da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Giovanni Harvey. A seguir, reproduzimos os principais pontos das falas dos participantes.

MINISTRO INTERINO GIOVANNI HARVEY

SECRETARIA DE POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR)

Reforçou a importância dos Diálogos e da participação da SEPPIR no evento. Parabenizou a ministra e o MDS, pois os avanços alcançados pelo Plano fortaleceram o combate ao racismo. Reconheceu o papel da Secretaria Geral da Presidência na consolidação do modelo de participação social que articula o governo e a sociedade civil.

MINISTRO GILBERTO CARVALHO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SG/PR)

O ministro Gilberto Carvalho agradeceu às pessoas presentes, em especial aos beneficiários e servidores do governo, destacando a realização de um trabalho notável, um contorcionismo da máquina pública para o aperfeiçoamento do atendimento aos mais pobres. Em um país de elite, governado por e para a elite, é difícil realizar um trabalho de inclusão. Reiterou a necessidade e a responsabilidade de se aprofundarem as conquistas do Brasil sem Miséria, sempre com a aliança exitosa entre o governo e a sociedade civil.

Abordou o tema da corrupção, afirmando que os processos corruptórios são históricos no Brasil, mas atualmente o Estado não fecha os olhos para essa situação e os mecanismos de fiscalização atuam efetivamente. O público que está sendo incluído não tinha tempo e condições de se envolver criticamente com a política pública, mas agora essa participação é real. Afirmou que o Brasil sem Miséria não é apenas um gesto ético destinado a quem sempre esteve excluído, há também uma dimensão política: a possibilidade de o povo ter voz, ser protagonista de sua própria história. Por trás de cada benefício há um desvelamento dos direitos e da consciência popular e espera-se que essa edição dos Diálogos fortaleça esse movimento e nos ajude a dar continuidade ao trabalho do Brasil sem Miséria.



MINISTRA TEREZA CAMPELLO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS)

A ministra afirmou que o conjunto das ações do Brasil sem Miséria aconteceu sempre baseado no diálogo entre a sociedade civil e o governo, com o apoio constante da Secretaria Geral da Presidência. Quando o Brasil sem Miséria começou, o ministro Gilberto Carvalho sugeriu que conversássemos com a sociedade civil. Vários encontros aconteceram com diversos segmentos pouco antes do lançamento do Plano (foram oito rodadas de discussão) e, a partir dessas conversas, foi lançado o Brasil sem Miséria. Desde então, os Diálogos aconteceram periodicamente, com seis edições realizadas.

Ela destacou que o momento é de entrega de resultados – o ciclo do Brasil sem Miséria está sendo concluído e essa trajetória só foi possível devido à participação da sociedade civil. Todas as metas do Plano foram cumpridas e, em alguns casos, superadas, como aconteceu com o Pronatec e o Programa Água Para Todos, mesmo com todas as dificuldades. Pediu ajuda ao público para divulgação desses dados, que não aparecem com destaque na grande mídia, e destacou os principais fatores que permitiram o cumprimento das metas: a determinação da presidenta Dilma em ter como principal objetivo de seu governo o combate à extrema pobreza; a participação dos gestores/técnicos de diferentes níveis de governo; e o envolvimento da sociedade civil na elaboração e execução das ações.

Tereza Campello destacou quatro aspectos, colocados como valores do Brasil sem Miséria, que possibilitaram um salto nas políticas sociais já existentes: 1) a universalização do Bolsa Família; 2) a responsabilidade do Estado brasileiro de chegar à população pobre, com a constatação de que para isso são necessárias estratégias diferenciadas (as ações de Busca Ativa permitiram, inclusive, o aprimoramento de novas políticas como o Mais Médicos); 3) a elaboração e a execução articulada de várias políticas públicas de grande escala com foco nos mais pobres; 4) o reconhecimento de que tudo o que foi atingido é um piso e de que o caminho a ser trilhado inicia-se a partir do que foi alcançado.

Ela apresentou os resultados dos três anos e meio de execução do Brasil sem Miséria², com destaque para o que mudou efetivamente a realidade das famílias extremamente pobres do país, dando ênfase para o fato de que pela primeira vez na história o Brasil saiu do mapa da fome, segundo pesquisa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Além disso, ressaltou os números que retratam os impactos positivos do Plano sobre o núcleo duro da pobreza (incluindo população negra, mulheres, crianças). Por fim, trouxe a pauta da população em situação de rua e dos povos e comunidades tradicionais, grupos para os quais os serviços e as políticas públicas ainda precisam avançar, o que constitui uma das metas da agenda de inclusão, que continua mesmo após o encerramento do ciclo do Plano.

2 A apresentação completa utilizada pela ministra consta dos anexos deste relatório.



PAINEL 1

GARANTIA DE DIREITOS

UM NOVO OLHAR DO ESTADO PARA O ACESSO DOS MAIS POBRES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

TIAGO FALCÃO

Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza (MDS)

Afirmou que os resultados do Brasil Sem Miséria ainda impressionam. E que a 6ª edição dos Diálogos tem um significado especial, pois é a conclusão de um ciclo, que teve início antes mesmo do lançamento do Plano, com a rodada de debates entre os diversos segmentos do movimento social. Destacou alguns aspectos da garantia de direitos e do eixo de acesso à renda do Plano Brasil sem Miséria:

a) A estipulação de um novo patamar em termos de proteção social no Brasil, com a reformulação de um programa de grande sucesso, o Bolsa Família, o estabelecimento de uma linha de extrema pobreza e o fortalecimento de mecanismos que permitiram que o Estado pudesse agir e resgatar brasileiros em situação de extrema pobreza;

b) A criação de novas formas de execução de políticas públicas no Brasil – para enfrentar um problema complexo como a extrema pobreza, foram necessárias ações e políticas diferenciadas, pois os programas tradicionais e a determinação constitucional brasileira de universalidade não eram suficientes para se chegar à população mais pobre do país. Por isso, o governo federal precisou reinventar suas estratégias. Isso envolveu ações intersetoriais, uma nova postura do Estado em relação à busca ativa para inclusão e um compromisso com metas, além do estabelecimento de novos mecanismos de participação social.

ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (MEC)

Ressaltou que no início do Brasil sem Miséria, nos primeiros Diálogos, havia muitas dúvidas sobre como seriam executadas as ações do Plano, mas o debate com a sociedade civil esclareceu muitos questionamentos e norteou a execução dessas iniciativas.

Disse que não havia diálogo organizado entre os gestores públicos das diversas ações das redes de educação profissional (Senac, Senar, Senat, escolas técnicas, universidades federais, escolas estaduais e até escolas privadas), tornando inviável o debate de políticas públi-



cas para esse setor. Mas com o lançamento do Plano foi possível iniciar uma conversa entre esses diversos atores.

No Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), será necessário avançar no que se refere ao empreendedorismo: é preciso achar um jeito diferente de pensar os cursos, realizando parcerias com a assistência social. Para o Microempreendedor Individual (MEI), é preciso pensar em estabelecer tutoria e assistência técnica. No que diz respeito ao emprego com carteira assinada, ressaltou a importância de que os cursos oferecidos estejam vinculados à atuação profissional, com mais articulação entre a política de emprego e a indústria. Destacou também os contratos de aprendizagem: os alunos estudam a teoria em sala de aula e aprendem a prática nas empresas, o que pode facilitar a ligação entre educação e emprego.

AMILTON DOS SANTOS

Diretor da Escola Municipal Manoel Ferreira no município de Estância (SE)

Afirmou que no município de Estância, em Sergipe, há 36 escolas e 6 creches, sendo uma escola em assentamento rural, que atende a 105 crianças. Dessas, apenas 25 não estão estudando em tempo integral. As crianças recebem atenção especial, como banho, carinho e alimentação acompanhada por nutricionista. As mães podem trabalhar, tendo a certeza de que os filhos estão sendo bem cuidados.

Disse que Sergipe já alcançou a meta para 2020: 70% dos municípios estão no Programa Mais Educação. Por fim, ressaltou que tantas mudanças pedem melhoras na infraestrutura das escolas.

PATRÍCIA JAIME

Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde

Declarou que ao se pensar no Sistema Único de Saúde (SUS), a primeira ideia que vem à cabeça é a de universalidade, um de seus princípios organizativos e doutrinários. Mas o SUS também é regido pelo princípio da equidade. Nesse sentido, o Plano Brasil sem Miséria veio como um reforço, um chamado para que o SUS desenvolvesse um conjunto de ações voltadas à superação das iniquidades sociais. Por isso, em 2011 o SUS reorganizou um conjunto de ações desenvolvidas basicamente em 4 eixos: acesso à atenção básica de saúde; acesso a medicamentos; organização com relação às doenças negligenciadas; e criação do Brasil Carinhoso (atendimento especial à primeira infância). Desde então, houve aumento de mais de 100% no valor do repasse da União aos municípios para a proteção básica de saúde, alcançando todos os brasileiros. O recurso foi transferido em percentuais diferenciados: os municípios mais pobres receberam o dobro do valor repassado aos municípios de maior renda.



O Programa Mais Médicos configurou-se como um grande investimento para enfrentar o problema da falta de médicos em algumas regiões do país. Já a Ação Brasil Sorridente trouxe mais atenção à saúde bucal, com centros de especialidades odontológicas e oferta de próteses dentárias.

Em relação ao acompanhamento da condicionalidade de saúde do Bolsa Família, a coordenadora disse que 73% das famílias beneficiárias são acompanhadas. Muitas delas eram “invisíveis”, mas por meio da condicionalidade tiveram acesso ao SUS, que as acolhe, acompanha e faz a vigilância nutricional das crianças, o que tem permitido tanto sucesso na melhora de suas condições de saúde. A maior evidência do impacto positivo desse acompanhamento é que as crianças estão crescendo mais. Não estão somente deixando de apresentar risco nutricional, mas também estão ganhando estatura (em 5 anos, a estatura das crianças brasileiras aumentou em quase 1 cm).

Quanto ao acesso à medicação, afirmou existir um leque de mais de 150 medicamentos ofertados na rede “Aqui tem Farmácia Popular” com 90% de isenção de custos. E há três categorias de medicamentos gratuitos: hipertensão, diabetes e asma – doenças responsáveis pelos maiores gastos com saúde nas famílias brasileiras. A coordenadora ressaltou ainda um grande investimento na área de detecção precoce, tratamento e continuidade ao tratamento das chamadas “doenças perpetuadoras da pobreza”, incluindo hanseníase, tuberculose e tracoma.

Patrícia Jaime afirmou que a Ação Brasil Carinhoso constitui um investimento diferenciado no crescimento e no desenvolvimento na primeira infância. A distribuição de medicamentos para asma é fundamental para a qualidade de vida das crianças. Ressaltou que as principais causas de morbidade, adoecimento e mortalidade infantil, nos primeiros anos de vida, são as doenças respiratórias.

Ela disse ainda que o Programa Saúde na Escola (PSE), uma parceria entre as áreas de saúde e educação, já conta com quase 5 mil municípios participantes. São 12 milhões de educandos e 30 mil equipes de saúde da família trabalhando de forma articulada nas Unidades Básicas de Saúde, nos postos de saúde e nas escolas. Com o Brasil sem Miséria, o PSE foi estendido também para creches e pré-escolas, o que se soma aos esforços do Brasil Carinhoso.

A respeito das doenças negligenciadas, destacou que, em 2006, uma em cada cinco crianças brasileiras apresentava anemia e 17% apresentavam deficiência de vitamina A. Foi elaborado, então, um conjunto de ações voltadas à nutrição, com suplementos de vitamina A e de sulfato ferroso.

Por fim, disse que o SUS agradece ao Brasil sem Miséria a oportunidade de focalizar as ações, tentando romper com o paradigma de que equidade e universalidade são questões dicotômicas, mostrando que na realidade são dois aspectos complementares das políticas públicas.



LILIA MARIA GOUVEIA BEZERRA

Coordenadora do Cras Itinerante do município de Corumbá (MT)

Explicou que Corumbá é uma das cidades de maior extensão territorial do Brasil e grande parte dela é formada por rios alagados. O Cras do município possui uma equipe volante completa, de acordo com as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e atende, prioritariamente, à comunidade ribeirinha. A partir de 2014, o trabalho da assistência social pôde ser efetivado com a doação das lanchas sociais, uma ação do Plano Brasil sem Miséria.

O Cras itinerante atende a três grandes regiões: partes alta e baixa do Rio Paraguai e extensão do rio Taquari, cada uma com características peculiares. A maioria dos moradores da parte alta do Rio Paraguai são pescadores e catadores de isca, que vivem exclusivamente dessas atividades para sua subsistência. A parte baixa tem acesso à via terrestre, onde existem muitos hotéis e pesqueiros, o que possibilita o turismo. A região do Taquari é de rios alagados e a principal atividade é a lavoura.

O primeiro trabalho realizado com a lancha foi um mapeamento para diagnóstico de vulnerabilidades da região. Havia famílias em que até três gerações não possuíam certidão de nascimento nem acesso aos programas federais. Das 700 famílias visitadas pelo Cras itinerante, 90% das que têm perfil (as que preenchem os requisitos que demonstram necessidade) já recebem os benefícios sociais.

A assistência social já ofereceu vários cursos para propiciar geração de renda, todos vinculados às demandas locais, ofertados por meio de parcerias. Contudo, há portos muito distantes, e a lancha facilitou a realização de cursos nessas localidades.

A coordenadora destacou a importância das equipes da assistência social e seu esforço e dedicação na realização do trabalho. Lembrou, ainda, que a assistência social promoveu o Fórum da Mulher Ribeirinha e Rural, fortalecendo o público feminino, que nem sempre tem conhecimento dos seus direitos.



DEBATE COM OS PARTICIPANTES

MODERAÇÃO: TIAGO FALCÃO

Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza (MDS)

MARIA JOSÉ DA SILVA

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural

Parabenizou a todos pelas experiências e disse que estamos vivendo o início do fim da miséria, pois ainda há muito a ser feito. Relatou as dificuldades na melhora da educação no campo e destacou que é necessário que o governo veja a educação contextualizada com olhar prioritário. Também existe a questão da creche rural: o número é extremamente reduzido em toda a região Nordeste.

Não se trata apenas da instalação, construção de escolas, creches e institutos, é preciso fazer também a fiscalização desses ambientes escolares, buscando melhorias na qualidade da educação, o que é fundamental para tirar os jovens da criminalidade e evitar situações de violência, como a que vitimou fatalmente seu filho adolescente.

SENADOR EDUARDO SUPLYC

Senador PT/SP

Cumprimentou todos que interagiram para apresentar o trabalho do Plano Brasil sem Miséria, que constitui um avanço extraordinário para a sociedade brasileira. Citou o episódio do filho de Maria José e a importância de seu depoimento. Comentou a fala dos movimentos sociais e dos representantes da saúde e declarou o interesse em usar as informações do debate para fazer um balanço do Brasil sem Miséria e levar ao Senado.

Quanto à Busca Ativa, alegou que vem acompanhando o trabalho, reconheceu sua relevância para a diminuição da pobreza extrema, da pobreza absoluta e da desigualdade e disse que busca estar atento aos dados do Plano, incentivando a divulgação da Busca Ativa para prefeitos, vereadores e outros representantes municipais. Questionou o motivo de haver famílias cadastradas que não recebem os benefícios do Bolsa Família.

Mencionou o autor da obra "O capital no século XXI", Thomas Piketty, que esteve recentemente no Brasil e desenvolveu estudos sobre a concentração de renda e de riqueza nos mais diversos países do mundo. De acordo com o livro, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram que houve redução da desigualdade social no Brasil, especialmente nos últimos 12 anos. Porém, se forem consideradas as informações



da Receita Federal, estaria havendo, no Brasil e em outros países capitalistas, aumento da concentração de riqueza e renda nas mãos dos que possuem mais.

Em outra parte do livro de Piketty, o autor comenta que o Brasil taxa bastante o consumo, o que atinge tanto ricos quanto pobres. O senador sustentou que nosso país deveria tributar mais a renda, a riqueza acumulada, as grandes fortunas, o imposto sobre a herança e outros que poderiam resultar em maior equilíbrio social.

Disse que o Brasil foi o primeiro a instituir a saúde com caráter universal e que um dia todos teremos direito a participar da riqueza do país, e o direito à renda será universal. Quando pudermos oferecer o acesso a uma renda que seja suficiente para suprir as necessidades vitais, o cidadão vai ganhar o poder de dizer não a alternativas de vida que venham a ferir sua dignidade, que coloquem sua vida, sua saúde em risco, o que pode diminuir consideravelmente a criminalidade no país. Ressaltou ainda que a experiência brasileira de combate à desigualdade tem sido repetida em vários países pelo mundo.

MARIANA DIAS

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Indagou sobre o que acontecerá a partir do encerramento do Plano Brasil sem Miséria e disse que há dificuldade no acesso das camadas mais pobres da população à saúde – entende que, dos três eixos do Plano, o de acesso a serviços foi o que menos avançou. Acredita que o foco esteja no Programa Bolsa Família e no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) porque o tema do acesso a serviços ainda é uma questão difícil, complexa. Cobrou a manutenção dos investimentos sociais.

JORGE ROMANO

Action Aid

Afirmou que este é o momento de celebrar o presente e pensar no futuro. Ressaltou o risco de processos estruturais que geram pobreza, como impor limites aos gastos sociais, não mudar a estrutura agrária nem o imposto territorial rural, entre outros. Em seguida, apontou a importante revolução que precisa acontecer nos serviços públicos, com forte participação social. É preciso que os usuários dos serviços públicos não sejam vistos como simples beneficiários, mas como sujeitos dos serviços. É necessária uma agenda que torne real a afirmação de que “o fim da miséria é só o começo” e é preciso respeitar a vontade popular.



MARIA CRISTINA BOVE

Pastoral Nacional do Povo de Rua

Parabenizou o Plano Brasil sem Miséria e admitiu sentir-se estimulada com a declaração da senhora Maria José, que acredita que o governo, a partir do próximo ano, destinará mais atenção aos públicos específicos. Destacou que é preciso ampliar o acesso da população em situação de rua às políticas públicas e aumentar a quantidade de pessoas desse segmento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. É preciso trazer para o debate o acesso da população em situação de rua à política de habitação (Programa Minha Casa Minha Vida). Quanto à questão de saúde, mencionou o crescimento do índice de tuberculosos na população em situação de rua. Finalizou afirmando que levanta essas questões na expectativa de obter mais atenção a esse grupo.

EUDMAR NUNES BASTOS

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/AC)

Ressaltou a importância das lanchas da assistência social e do trabalho das pessoas que vão a campo vivenciar as experiências diárias das comunidades mais distantes, o que fortalece os objetivos das ações da rede de assistência. Reconheceu que no Acre esse esforço é grande, devido às distâncias e ao difícil acesso às comunidades. Ainda assim, as políticas sociais estão chegando e é preciso ir adiante.

ANA JULIA COLAMEO

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Mencionou os resultados impressionantes alcançados pelas ações de inclusão social, mas destacou que ainda há pessoas a serem contempladas pelas estratégias e políticas para melhoria de vida.

Apresentou-se como participante de uma rede de defesa da amamentação e enfatizou a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento cerebral da criança. Lembrou que a construção de creches é um pedido recorrente, pois as mães precisam trabalhar. Propôs que, no momento de criação de cada equipamento de creche, seja criado também um sistema de proteção à amamentação.



CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem)

Testemunhou o relevante trabalho da Marinha na construção das lanchas da assistência social e relatou que presencia o dia a dia dos pescadores artesanais, destacando práticas que podem ser prejudiciais à saúde desses pescadores, como usar óleo diesel no corpo como repelente.

Falou da importância de se valorizar o produto e quem o produz. Citou como exemplo a pesca e comercialização do peixe que, atualmente, não está na merenda escolar. Por que não pensar na merenda com o peixe? Sugeriu que o governo compre do pescador, fortalecendo assim a inclusão produtiva e contribuindo para que a saída da extrema pobreza seja sustentável. Espera que 2015 seja o ano de quebrar paradigmas.

ÉDEL MORAES

Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)

Falou que é preciso atentar para situações de falta de acesso às políticas públicas. O desafio é que as pessoas sejam, de fato, vistas em suas diversidades. Há na Amazônia, por exemplo, casos de pessoas que morrem por não terem como buscar socorro, pois não há energia elétrica, telefone e outros recursos. Solicitou que seja dispensada mais atenção à Amazônia, pois muitas pessoas vivem na floresta. Enfatizou que as mulheres são protagonistas da vida familiar na floresta e é preciso evidenciar a violência contra essas mulheres para que esse grave problema seja eliminado. Atentou para o alto custo de manutenção dos barcos da assistência social.

Cobrou um controle maior junto aos municípios de difícil acesso por todo o país, dizendo que quando a responsabilidade das políticas é do município, tende a haver dificuldades na execução. Espera que no próximo encontro seja possível comemorar maior preocupação com a Amazônia, semelhante à atenção carinhosa que o Nordeste teve. Espera também a aplicação de recursos em uma educação contextualizada à realidade da região. Disse que é preciso refletir sobre o fato de que muitas vezes existe mais cuidado com a biodiversidade da região Amazônica do que com as pessoas que ali vivem.

CONSIDERAÇÕES DA MINISTRA TEREZA CAMPELLO

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

A ministra respondeu ao questionamento do senador Suplicy sobre o uso dos dados do Cadastro Único afirmando que a maioria das famílias que ainda não é beneficiária do Programa Bolsa Família se inscreve no Cadastro não só por causa desse programa, mas



para ter acesso, também, a outros programas sociais. Muitas dessas famílias estão com cadastro desatualizado, e no momento está em curso um procedimento regular de atualização. Assim, muitas famílias que têm perfil e ainda não recebem o Bolsa Família passarão a constar da lista de beneficiários. Sobre a renda básica de cidadania, afirmou que a ação custaria 200 bilhões de reais por ano, ao passo que o Bolsa Família custa 25 bilhões, o que sugere que o caminho ainda é longo para se pensar na implementação do projeto proposto pelo senador.

Ao falar sobre o tema da redução da desigualdade, listou três questões básicas que devem ser consideradas quando se aborda a perspectiva da pobreza e das questões tributárias: 1) no Brasil, apenas 20 milhões de cidadãos declaram imposto de renda, o que significa que os pobres não fazem parte desse universo; 2) o valor agregado de uma cisterna à vida de uma família do semiárido, por exemplo, não é computado porque não se pode medir o valor simbólico desse serviço, não é possível declarar o seu valor no imposto de renda; 3) sobre a possibilidade de fixação de taxas tributárias regressivas, o desafio é estabelecer essa taxa também para os valores agregados.

Sobre a educação básica, afirmou que ela já é universalizada no Brasil e que o desafio agora é melhorar a qualidade da educação. Sobre o tema da população em situação de rua, reconheceu que ainda há um grande trabalho a ser realizado, principalmente no que se refere ao cadastramento desse segmento. Afirmou, no entanto, que muito já foi feito (o cadastramento de população em situação de rua aumentou cerca de 10 vezes entre 2011 e 2014), e que é preciso ter cada vez mais a colaboração dos poderes estaduais e municipais para que o trabalho seja aperfeiçoado. Acrescentou que também existe um esforço para cadastramento e inclusão de povos e comunidades tradicionais em suas especificidades.

Por fim, afirmou que o governo está atento às questões sobre: a implantação de técnicas para captação de água da chuva na Amazônia; a importância da criação de um sistema de proteção à amamentação nas creches públicas; a adoção, nas escolas públicas, de um dia específico no qual a merenda escolar seja composta por pescados adquiridos de pescadores artesanais.

LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO “DIVERSIDADE NO CADASTRO ÚNICO – RESPEITAR E INCLUIR”

LUIS HENRIQUE PAIVA

Secretário Nacional de Renda de Cidadania (MDS)

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Apresentou a publicação sobre os resultados da inclusão de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Único para Programas Sociais. Ressaltou que é necessário reconhecer a diversidade da pobreza e agradeceu o esforço da equipe do Cadastro Único e dos movimentos sociais para aprimorar o cadastramento dessas populações. Destacou que quinze segmentos foram reconhecidos para serem incluídos no Cadastro.



PAINEL 2

CONSTRUÇÃO DE OPORTUNIDADES: AMPLIANDO A INSERÇÃO DOS MAIS POBRES NO MUNDO DO TRABALHO

ARNOLDO CAMPOS

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS)

O secretário anunciou o debate que se seguiria com depoimentos de pessoas que vivenciaram experiências de inclusão produtiva rural e urbana, e a apresentação dos desafios que ainda precisam ser enfrentados. Além dos relatos de beneficiários e beneficiárias, anunciou as contribuições de parceiros importantes do Plano Brasil sem Miséria: a Articulação para o Semiárido Brasileiro (ASA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

DELCI LUTZ

Ex-beneficiária do Programa Bolsa Família, desenhista de moda em de Novo Hamburgo/RS

Explicou como as políticas públicas entraram em sua vida: os filhos, que ela cria sozinha, aos 6 anos estavam matriculados em escolas públicas. E seguiram frequentando escolas públicas, ao mesmo tempo em que a família era beneficiária do Programa Bolsa Família. Ao participar de um processo de atualização cadastral, ela fez sua inscrição para o Pronatec, apesar de ter dúvidas sobre a qualidade e efetividade do curso oferecido. Escolheu o curso de desenho de figurino e de calçados e tem desenvolvido trabalhos na área com muito sucesso.

Contou também que, quando os filhos eram crianças, ela trabalhava em casa, e o Bolsa Família foi essencial para a família naquele momento. Seus filhos cresceram, terminaram o ensino médio, também se matricularam em cursos do Pronatec na área de administração e, junto com a mãe, abriram uma pequena empresa com auxílio do Sebrae. Ela disse que, apesar das dificuldades iniciais, teve seu potencial reconhecido pelo curso do Senac, no qual atualmente trabalha como professora da área de desenho de moda e de sapataria. Agradeceu ao governo pelas oportunidades e a independência alcançada, mas afirmou que ainda existem desafios a serem superados, como a questão da habitação.



FELIPE MORGADO

Gerente Executivo da Unidade Profissional e Tecnológica do Senai

O representante do Senai relatou que a entidade participa do Pronatec desde 2011 e apresentou números e dados sobre a demanda da indústria brasileira por mão de obra qualificada. Disse que o Brasil está hoje na 56ª posição no ranking de competitividade internacional e que a produtividade do brasileiro é baixa quando comparada à dos alemães, sul-coreanos e norte-americanos. Ao analisar os números iniciais do Pronatec ficou claro que era preciso dar escala às ações de qualificação profissional. No entanto, houve muita resistência dos docentes em absorver esse novo público-alvo pobre e extremamente pobre.

O Senai percebeu a dimensão do desafio, a começar pelo nível de escolaridade muito baixo do novo público, e compreendeu que era preciso aprender a incluir para que as ações e os cursos fossem efetivos. Com o tempo, notou-se que o público do Pronatec Brasil sem Miséria apresentava níveis de aprovação maiores e de evasão menores que os do público tradicional do Senai, o que estimulou a entidade a aprimorar o acolhimento e a inclusão dessas pessoas. A questão, disse ele, é que o público pobre e extremamente pobre vê nos cursos de qualificação profissional uma oportunidade e um reconhecimento inéditos e, por isso, dedica-se mais.

Por fim, destacou que as parcerias entre o Sistema “S” e o governo precisam ser fortalecidas e continuadas para que as políticas públicas cheguem aos mais necessitados e a realidade da inclusão continue mudando a vida dessas famílias.

IRENE SANTOS DE JESUS

Agricultora familiar do município de Serrinha/BA

Agradeceu a equipe do MDS pela honra de representar os agricultores do estado da Bahia. Disse que, antes de ter acesso a um conjunto de políticas públicas, ela e seus dois filhos enfrentavam muitas dificuldades, a começar pelo fato de que não havia energia elétrica em sua residência.

Em 2004, as cisternas de consumo chegaram à sua comunidade. Com isso, a saúde das crianças começou a melhorar e não havia mais necessidade de se deslocar durante duas horas e meia para conseguir a água que, muitas vezes, era imprópria para consumo humano. Contou que a vida era muito difícil, que se vivia apenas com o básico, mas com a chegada das cisternas e do Programa Bolsa Família a vida mudou e hoje ela e sua família vivem com dignidade.

Explicou que, como agricultora familiar, produz apenas alimentos orgânicos, que vendia ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e agora comercializa para dois supermercados dos municípios vizinhos. Ela informou que já foi beneficiária de muitos programas voltados



para a agricultura familiar, como o Bolsa Estiagem, Garantia Safra e Pronaf, e que inclusive já contraiu um empréstimo no Banco do Nordeste (BNB) para comprar uma vaca de leite.

Disse que sempre teve vontade de estudar e aprender para se tornar cada vez mais independente profissionalmente. Destacou que tudo o que aprende multiplica para sua comunidade. Contou que, após ter tido a experiência de voltar a estudar, conseguiu alfabetizar seu marido. Assim, acredita que está contribuindo para que mais pessoas aproveitem as oportunidades, como ela as aproveitou para sair da situação de miséria.

NAIDISON BATISTA

Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)

Afirmou que o Programa Água para Todos teve sua origem nas práticas sociais implementadas pela ASA. Comentou que as sementes do sucesso têm, no mínimo, dois vieses: uma sociedade que é capaz de propor políticas e um governo que é capaz de escutar, incorporar, executar e transformar o processo em política pública. Hoje, há uma lei que estabelece como se faz o processo, superadas inúmeras burocracias que impediam a agilidade do trabalho.

Frisou que foi dado um passo imenso no semiárido, na perspectiva da democratização do acesso à água. Essa região sempre sofreu pela falta de água, mas com a chegada das cisternas foi possível mostrar que o semiárido consegue acolher seus filhos. Atualmente, está em curso o processo de democratização da água para produção.

Encerrou enumerando alguns desafios: expansão da Busca Ativa para as famílias que ainda não foram contempladas com cisternas; democratização do acesso à água para produção; fortalecimento da produção de sementes crioulas; melhoria do fornecimento e da qualidade da água nas escolas; garantia do acesso à terra para povos e comunidades tradicionais e do fomento para que as famílias possam investir; e mudança na legislação para que os agricultores familiares possam comercializar seus produtos.



DEBATE COM OS PARTICIPANTES

MODERAÇÃO: ARNOLDO DE CAMPOS

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS)

MARIA VERÔNICA DE SANTANA

Movimento Nacional das Trabalhadoras Rurais (MNTR/NE)

Destacou o fato de que a simples entrega de uma cisterna é capaz de empoderar a mulher, pois, com acesso à água, ela desenvolve e diversifica sua produção de maneira sustentável, sem utilizar agrotóxicos. O recebimento da cisterna transforma sua relação com a família e com a comunidade.

Em 2013, houve um grande avanço com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a despeito de uma série de limitações. Questionou de que forma o MDS contribuirá para a construção de uma nova estratégia, já que em 2014 surgiram algumas perspectivas para a construção dessa política.

MARCO ANTONIO CAIXETA

Fundação Banco do Brasil (FBB)

Falou sobre a participação da Fundação Banco do Brasil (FBB) no Programa Água para Todos. Disse que a Fundação foi responsável pela construção de 80 mil cisternas de consumo e pela finalização de 12 mil cisternas de produção. Lembrou que a cisterna de placa é uma tecnologia social e que a FBB busca, por meio dessa e de outras tecnologias, melhorar a condição de vida das pessoas, inclusive premiando tais iniciativas.

JOÃO MARCELO INTINI

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Ressaltou que em 2014 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) teve resultados significativos e encerrou o ano com mais de 360 milhões de compras realizadas. Isso representa 140 milhões de reais a mais que no ano anterior. Disse que a Conab deseja atuar fortemente no tema das sementes crioulas, nos bancos de sementes e nos bancos de germoplasma. Destacou que é preciso gerar um processo de comercialização seguro para os agricultores familiares, com estabilidade da oferta de alimentos, buscando retomar o tema do abastecimento com mais rigor e criatividade.



MARCELO LEMOS

Cáritas Brasileira

Enfatizou a importância do compromisso que o MDS tem com o público feminino. Disse que a busca de equidade entre homens e mulheres no parlamento, no serviço público, nas organizações da sociedade civil e dentro das casas requer que se faça disso um compromisso político.

Destacou que o Plano Brasil Sem Miséria é, de fato, uma questão de direito, e não apenas de restituição. É preciso reconhecer homens, mulheres e crianças como cidadãos de direitos. Afirmou que é fundamental assumir que não se pode erradicar a extrema pobreza do ponto de vista ontológico, porém é possível acabar com o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. Deve-se buscar equidade na distribuição da riqueza no país.

ANDERSON LOPES MIRANDA

Movimento Nacional da População de Rua

Declarou estar emocionado e reconheceu que o governo está definitivamente alcançando os mais pobres. Os invisíveis tornaram-se visíveis: hoje a população de rua está na pauta do governo federal. Já nos municípios e nos estados, ele avalia que é preciso maior empenho em atender esse público, inclusive com os Centros POP.

CRISTINA NASCIMENTO

Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)

Disse que, quando do lançamento do Brasil sem Miséria, especulava-se onde o Plano iria chegar e se a participação da sociedade civil seria realmente efetiva. Esses questionamentos foram fundamentais para que o governo se sentisse provocado, no intuito de estabelecer um diálogo com a sociedade civil. Ressaltou que as cisternas não são apenas entregues pelo governo, são implantadas juntamente com as famílias e fazem parte de um processo de construção de cidadania. Enfatizou a necessidade de se continuar com o debate sobre o Programa Água para Todos, uma ótima oportunidade trazida pelo Plano.



RENATO TUPINIQUIM

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES/ Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/ Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (APOINME/ APIB/CNPCT)

Ressaltou a necessidade de o poder público chegar até as comunidades indígenas mais necessitadas e fez um apelo quanto às aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, relatando casos de fazendeiros que assassinaram adolescentes em conflitos pela posse da terra.

Disse que os indígenas já acessam o Programa Bolsa Família, mas ainda há dificuldades. Enfatizou a importância dos povos e comunidades tradicionais para o país e destacou que eles estão presentes nos diálogos com o governo. Por fim, pediu que a ministra Tereza Campello interceda junto à presidenta para que ela se posicione em relação aos desafios da regularização fundiária e acesso à terra.

CONSIDERAÇÕES DOS PAINELISTAS

DELCI LUTZ

Desenhista de moda do município de Novo Hamburgo/RS

Declarou que foi muito interessante participar do evento e comentou a história de Anderson Lopes Miranda (Movimento Nacional da População de Rua), dizendo que é uma história que se repete também no sul do país. Os auxílios do governo realmente chegam até a população, como foi possível perceber por meio das histórias narradas. Ao citar o relato de Irene Santos de Jesus (agricultora familiar), que adquiriu uma vaca de leite com o dinheiro do empréstimo para pequenos agricultores, lembrou que comprou suas máquinas de costura da mesma forma.

FELIPE MORGADO

Gerente Executivo da Unidade Profissional e Tecnológica do Senai

Agradeceu o convite do MDS e colocou o Senai à disposição para auxiliar no que for necessário para que o país se desenvolva.



IRENE SANTOS DE JESUS

Agricultora familiar do município de Serrinha/BA

Agradeceu a participação e acrescentou que por causa do Bolsa Família, possui internet em sua residência, e sua filha pôde fazer um curso de computação.

NAIDISON BAPTISTA

Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)

Constatou que um longo caminho foi percorrido até agora e que isso nos leva a outra perspectiva: ainda há um longo percurso a se fazer; a luta é pela continuidade desse caminho e a ASA coloca-se à disposição para auxiliar nessa caminhada. Destacou que o seu desejo é que as pessoas do semiárido sejam vistas como sujeitos produtores de conhecimento e protagonistas de suas histórias.

ENCERRAMENTO

DIOGO DE SANT'ANA

Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)

Disse que esta edição dos Diálogos teve como inovação depoimentos de beneficiários. O Brasil sem Miséria foi um Plano que inovou em seus resultados e na escolha do público a ser alcançado, além de ser um bom exemplo de participação social. Destacou que esse espaço para diálogo é muito importante e que seria interessante ter o mesmo espaço para outros programas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ressaltou que o Brasil sem Miséria apresenta uma agenda muito diferente da que a mídia divulga. Afirmou que há no Brasil hoje uma energia muito positiva que pode se refletir na reforma política e se transformar no grande diferencial do país.

Em sua opinião, é interessante propor coisas ousadas para o próximo período e é necessário usar essa energia pós-eleições para instigar o debate acerca de questões relevantes como o combate à violência e à corrupção e a inclusão de povos e comunidades tradicionais, entre outros temas. É preciso ainda enfrentar os próximos tempos sem temor, aperfeiçoando o espaço da participação social em busca de soluções mais justas para os problemas da sociedade brasileira.



MINISTRA TEREZA CAMPELLO

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

A ministra destacou que naquele mesmo dia (11 de dezembro de 2014) foi lançada a carta de serviços ao cidadão do MDS, um espaço aberto que garante que a população tenha acesso aos serviços prestados pelo MDS. Comentou que as imagens mostradas no painel ao lado do palco do evento são do acervo que registra os quatro anos do Plano Brasil sem Miséria, feitas por fotógrafos do MDS.

Agradeceu o Secretário Tiago Falcão, que coordenou o Plano, e também a Isabel Costa e Lígia Pereira que organizaram cinco das seis edições dos Diálogos. Declarou que os resultados do Brasil sem Miséria são fruto de um trabalho conjunto de 22 ministérios, que se envolveram fortemente com o compromisso de superação da miséria.

Afirmou que as mesas de Diálogo desta edição trouxeram as vozes dos beneficiários e dos parceiros, na tentativa de interação entre todos, o que é relevante para o esforço conjunto. Elogiou a capacidade gigantesca de criação e inovação que marcou os quatro anos do Brasil sem Miséria em vários de seus programas e ações.

Frisou que a agenda de inclusão produtiva não é somente uma questão de cidadania, mas também de justiça para com a população. E que isso é bom para o Brasil que trabalha, produz, cresce. O país está percebendo como é essencial criar oportunidades para que a população pobre tenha acesso às políticas públicas.

Concluiu dizendo que o exercício de troca dos Diálogos é extremamente saudável e que todos deixam o encontro fortalecidos e com energia para continuar trabalhando.



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

